



Proc. Administrativo 66- 13.358/2024

De: Gabrielly F. - SS - SSPGES

Para: SELICON - SSLICOM - NAGCON - Núcleo de Agentes de Contratação - Josi

Data: 26/03/2026 às 17:09:32

Setores envolvidos:

PGM - GAB, SS, SS - SEAS, SS - SSAS, SS - SSAES - DSMCA, SS - SSAS - DSB, SS - SSAS - DESM, SS - SSAS - DCE, SS - SSAS - SSPIC, SS - SSAS - DAIS, SS - SSVS, SS - SSVS - DVISA, SS - SSVS - DVEA, SS - SSVS - DDST, SS - SSAES, SS - SSAES - DRA - SACLI, SS - SSAES - DGCIS, SS - SSAES - DID, SS - SSAES - DURL, SS - HPS - DG, SS - SSPGES - DPIS - SGIS, SS - SSPGES, [EXTINTA] STDA - SSLICOM, [EXTINTA] STDA - SSLICOM - DCLI, STDA - SSLICOM - DEPCON - SM, SELICON - SSLICOM - NAGCON, SELICON - SSLICOM - DCLI - SRPPA, SF - DEIN - SAPCACOL, PGM - DEPLIC - PJ, SELICON - SSLICOM - DCLI - SP, [EXTINTA], SS - SSPGES - DPCC, SS - SSPGES - DPCC - SPCAC, SS - SSPGES - DPCC - SGCA, SS - SSPGES - DAFI, SS - SSPGES - DAFI - SPCM, SS - SSPGES - DGDE, PGM - DEPLIC, PGM - PROC, SS - HPS - CFR, SS - SSPGES - DAFI - SGTFC, SS - SSPGES - DAFI - EA, SS - HPS - DEA, SS - SSAES - DURL - CF, SS - SSAS - DEAAS - SALMA - ABS, RICMS, SELICON - SSLICOM - DCLI - SP - EDITAIS, SELICON - SSLICOM - NAGCON - SGAC, SELICON - SSLICOM, SELICON - SSLICOM - DCLI, SELICON - SSLICOM - DEPCON, SS - SSAS - DAIS - SEAAPS, SELICON - SSLICOM - DEPCON - SANME, SS - SSPGES - DPCC - SGPP, SS - SSPGES - DPCC - ASSESSORIA, SS - SSPGES - DGDE - SADESP

Pregão Eletrônico nº 140/2024. Cont. de Gestão de Serviço de Operação Logística de Mat. de Saúde, armazenagem, gestão de estoques, separação, embalagem, expedição, dispensação medicamentos, imunobiológicos, correlatos, insumos e médico-hospitalares. SS

Prezada,

Em retorno à Impugnação ao Edital protocolada pela empresa ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA LTDA - CNPJ sob o nº 09.182.725/0001-12, entendemos pelo não acolhimento e pela não suspensão do Pregão Eletrônico nº 140/2024 pelos motivos expostos a seguir.

I - Do questionamento referente à Prova de Conceito e alegação de Restrição Indevida à Competitividade

A empresa impugnante afirma que a manutenção de certa exigência configura potencial direcionamento da contratação, em afronta aos princípios que regem as licitações públicas, especialmente os da competitividade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa

Entretanto, conforme tópico 10.4.2 do Anexo A - Termo de Referência ao Edital, a licitante em avaliação será desclassificada *“se o sistema apresentado não atender 100% (cem por cento) das especificações dos itens marcados como **demonstráveis**, conforme tabela no Anexo X - Classificação de Funcionalidades do Sistema”*.

Neste aspecto, o Termo de Referência define os requisitos de funcionalidades do sistema por meio do

tópico 3.5.13.2, contemplando, além das funcionalidades demonstráveis, as funcionalidades obrigatórias e desejáveis, como se segue:

3.5.13.2 Requisitos de funcionalidades

As funcionalidades, conforme a tabela no Anexo X - Classificação de Funcionalidades do Sistema, foram classificadas em três tipos:

I. Funcionalidades Demonstráveis: Aquelas que deverão ser apresentadas e avaliadas na demonstração do sistema, conforme o Item 10 Forma de Demonstração e Aceite do Sistema.

II. Funcionalidades Obrigatórias: aquelas que, não sendo exigidas na demonstração do sistema, deverão obrigatoriamente ser desenvolvidas pela CONTRATADA, sob supervisão da Secretaria de Saúde, e disponibilizadas em um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após o término dos serviços de prestação inicial, podendo este prazo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.

III. Funcionalidades Desejáveis: aquelas que a CONTRATANTE desejaria, idealmente, ter disponíveis, mas não exigirá.

Além disso, o TR estabelece um prazo de até 90 (dias) corridos, a partir da emissão da ordem de serviços pela Prefeitura de Juiz de Fora, para o fornecimento, instalação, migrações, configurações, treinamentos e testes do sistema, de acordo com o tópico 3.5.7 (Item II).

Pelo exposto, não há exigência de atendimento imediato a 100% das funcionalidades constantes no Anexo X, mas sim de exibição daquelas indicadas como “Funcionalidades Demonstráveis”, sendo essenciais tecnicamente à execução do objeto, uma vez que o sistema é parte primordial da operação logística contratada.

Assim, as demais funcionalidades podem ser apresentadas em momento posterior segundo os critérios estabelecidos em Edital e seus anexos.

II - Da alegação de Ausência de Informações Essenciais para a Formulação da Proposta

O Edital 140/2024 tem como objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de gestão e operação de logística integrada e logística reversa para prestação de serviços de armazenagem, gestão de estoques, separação, embalagem, pexpedição, distribuição e dispensação de medicamentos, imunobiológicos, correlatos, insumos, materiais médico-hospitalares, gêneros alimentícios e demais bens materiais definidos pela Secretaria de Saúde do Município de Juiz de Fora.

Este compreende a Disponibilização e manutenção de toda a infraestrutura; o Fornecimento de todos os insumos e recursos que se façam necessários para a prestação dos serviços; a Disponibilização de estrutura de transporte para realizar a entrega e a coleta dos materiais; a Cessão de uso de sistema de gestão logística (software) que possibilite o gerenciamento dos materiais; e a Prestação de serviço técnico e operacional especializado por meio de pessoal próprio, no centro de distribuição e áreas de almoxarifado e farmácias das Unidades da Secretaria de Saúde.

Todos os aspectos para atendimento ao serviço estão expressos do Edital, bem como em seus anexos que versam sobre os bens disponibilizados pela contratante, a relação básica mínima de itens para a prestação do serviço, a relação mínima de recursos humanos, as unidades a serem atendidas, equipamentos necessários, dentre outras informações.

Conforme previsto no edital, a futura execução contratual ocorrerá em estrutura de maior porte, com área mínima de 3.000 m², o que implicará aumento proporcional da capacidade de armazenagem e, consequentemente, do volume de medicamentos e insumos sob responsabilidade da contratada.

Para fins de composição de custos a longo prazo e atendimento às exigências do edital, valor correspondente ao seguro de armazenagem poderá ser estruturado com base no valor máximo estimado de estoque projetado para a nova estrutura operacional, considerando:

- ampliação da área física de armazenagem;
- aumento da capacidade logística do centro de distribuição;
- variações sazonais e estratégicas de abastecimento da rede pública de saúde;
- bens disponibilizados pela contratante;
- bens próprios da contratada utilizados na execução dos serviços.

Por fim, consta previsto em edital a possibilidade de Visita Técnica da Proponente aos locais de prestação do serviço com a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas que possam existir com relação ao Termo de Referência (TR) e ratificar os requisitos fundamentais definidos pela SS, bem como proporcionar às licitantes o conhecimento concreto da realidade local que sirva de insumo para a elaboração de uma proposta adequada às necessidades da PJF.

III - Da afirmação de ilegalidade na Exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) para “Distribuição”

O objeto da presente licitação é a *“Contratação de empresa especializada em serviços de gestão e operação de logística integrada e logística reversa para prestação de serviços de armazenagem, gestão de estoques, separação, embalagem, expedição, distribuição e dispensação de medicamentos, imunobiológicos, correlatos, insumos, materiais medicohospitalares, gêneros alimentícios e demais bens materiais definidos pela Secretaria de Saúde do Município de Juiz de Fora, incluindo disponibilização de toda a infraestrutura, insumos e recursos que se fizerem necessários, como estrutura de transporte, cessão de uso de software de gestão logística e prestação de serviço técnico e operacional especializado por meio de pessoal próprio.”*

Assim sendo, é obrigatória a apresentação de Autorização de Funcionamento (AFE) que contemple a atividade de distribuição, conforme exigido no Edital, uma vez que o objeto contratual envolve atividades da cadeia logística sanitária de medicamentos e produtos sujeitos à vigilância sanitária e às normas aplicáveis.

A Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16 / 2014.

Nesse sentido, a AFE é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

De acordo com o Art. 5º dessa RCD, não é exigida AFE apenas dos seguintes estabelecimentos ou empresas:

- I - que exercem o comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo;
- II - filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE;
- III – que realizam o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes;
- IV - que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação, de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, que são destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes; e
- V – que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde.

Além disso, segundo as definições da RDC Nº 430, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos:

XI - distribuição: conjunto de atividades relacionadas à movimentação de cargas que inclui o abastecimento, armazenamento e expedição de medicamentos, excluída a de fornecimento direto ao público;

(...)

XIII - expedição: conjunto de procedimentos relacionados ao embarque para fins de transporte de medicamentos;

Assim sendo, o conceito de expedição não se confunde com o de distribuição, sendo atividade regulada distinta, ainda que operacionalmente integrada às demais etapas logísticas previstas no objeto contratual, estando ambas contempladas no objeto dessa contratação.

IV - Da inconsistência pontual verificada no edital

Conforme pedido de esclarecimentos previamente protocolado pela empresa, verificamos um erro material na escrita do item apresentado, devendo ser adotada a seguinte redação:

*f) As autorizações dos itens **A** a **C** acima, deverão ser relativas à matriz da licitante e as autorizações **D** e **E** relativas à filial.*

Este ajuste reflete apenas em uma correção pontual, não havendo motivação para uma suspensão do processo.

V - Da conclusão:

Ante o exposto, entendemos pelo não acolhimento dos pedidos e pela não suspensão do Pregão Eletrônico nº 140/2024.

—

Atenciosamente,

Gabrielly Ramalho Ferreira

Subsecretaria de Planejamento e Gestão em Saúde - SSPGES | SS



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DADD-8C18-241F-D37F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADRIANO MIRANDA DE SOUSA (CPF 806.XXX.XXX-10) em 26/03/2026 17:38:54 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



KARINA FABRI CAMPOS (CPF 046.XXX.XXX-60) em 27/03/2026 08:18:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCILENE CHAVES COSTA (CPF 852.XXX.XXX-34) em 27/03/2026 08:45:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GABRIELLY RAMALHO FERREIRA (CPF 123.XXX.XXX-60) em 27/03/2026 09:42:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/DADD-8C18-241F-D37F>